



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Apresentação

Sueli Guadalupe de Lima Mendonça
José Carlos Miguel
Stela Miller
Érika Christina Köhle

Como citar: MENDONÇA, S. G. de L.; MIGUEL, J. C.; MILLER, S.; KÖHLE, E. C. Apresentação. *In:* MENDONÇA, S. G. de L.; MIGUEL, J. C.; MILLER, S.; KÖHLE, E. C. (org.). **(De)formação na escola:** desvios e desafios. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 9-16.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-26-2.p9-16>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

APRESENTAÇÃO

É da especificidade de se constituir como bem cultural que deve ser acessível, com qualidade socialmente referenciada, ao conjunto da população, que resulta o caráter público da educação. Sem embargo, a formação do cidadão é uma tarefa social, política, cultural e técnica, de grande complexidade, para ser regulada pelos ditames do mercado. Menos ainda, pode a educação submeter-se às preferências ideológicas, geralmente destituídas de cientificidade, ou às idiosincrasias individuais, de caráter antidemocrático.

Desse modo, é o caráter público e laico da educação, independentemente do espaço onde ela se realiza, a principal garantia de democracia política e de pluralidade ideológica, cultural e religiosa, porquanto permite ao ser em formação as possibilidades de reflexão crítica e de construção de limites e alternativas de orientação na vida em sociedade. Não há liberdade, se não houver possibilidade de escolhas, sendo papel

inalienável do trabalho educativo a ênfase na liberdade de pensamento, na diversidade cultural e no compromisso inarredável com a ciência.

Ademais, é evidente que, não apenas na vida social e no trabalho, mas também nas relações interpessoais, a apropriação de conhecimentos se torna cada vez mais necessária, já que ela se manifesta como um dos determinantes de desigualdades sociais. Dessa maneira, uma educação de boa qualidade pode propiciar a todos os indivíduos uma adequada formação humana, de modo que se tornem entes culturais, que têm o direito de posse desse instrumento necessário à participação social.

Portanto, a escola não pode esquecer seu papel fundamental — levar os estudantes a apropriarem-se dos conhecimentos já produzidos, e, ao mesmo tempo, ajudá-los a desenvolverem valores cada vez mais humanos. Para isso, a proposição de ações pedagógicas que propiciem aprendizagens de conhecimentos científicos, pode contribuir para o desenvolvimento humano e social dos estudantes para que construam sociedades pacíficas e democráticas.

Entretanto, o cenário político que se configurou após 2018, com a eleição de um governo defensor de princípios neoliberais para a organização da economia e conservador no trato de valores e costumes, revela uma realidade desfavorável ao trabalhador e hostil à liberdade de pensamento e de expressão, com graves consequências para a manutenção do ordenamento democrático do país.

Para a educação, os reflexos dessa configuração socioeconômica e política expressam-se na tendência à privatização do ensino público, ao cerceamento da autonomia de gestão das instituições de ensino superior, ao controle ideológico de docentes e alunos, à interferência no conteúdo dos componentes curriculares e na produção de material escolar conforme valores de um conservadorismo fundamentalista que caracteriza os principais representantes desse governo e daqueles que os seguem.

Essa triste realidade tem levado ao acirramento da (de)formação da escola, em diferentes nuances, promovida ao longo das últimas três décadas de neoliberalismo no Brasil. Assim, a 18ª Jornada do Núcleo de Ensino de Marília enfrentou com maestria esse debate com pesquisadores especialistas que trouxeram elementos fundamentais à análise dessa questão e contribuições às estratégias de como enfrentar a crise instalada

na educação pública. A socialização desse debate se dá por meio desta obra que, uma vez mais, busca atingir o público da escola, prioritariamente, visando à construção de ferramentas culturais para esse momento histórico tão difícil que enfrentamos.

O conjunto de artigos que compõem este livro foi organizado em três partes intituladas: **Primeira Parte** - *Mercantilização da educação e esvaziamento do currículo: reflexões sobre a formação de professores, crianças e jovens*; **Segunda Parte** - *Da BNCC da educação básica à BCN da formação de professores: desvios e desafios* e **Terceira Parte** - *Escola sem partido e militarização das escolas públicas: neoliberalismo e conservadorismo*.

Em sua **primeira parte**, "*Mercantilização da educação e esvaziamento do currículo: reflexões sobre a formação de professores, crianças e jovens*", estão os artigos de **Maria do Rosario Longo Mortatti**, **José Carlos Libâneo** e, em conjunto, **Nilson de Souza Cardoso**, **Sueli Guadalupe de Lima Mendonça**, **Flávia Sueli Fabiani Marcatto**.

Maria do Rosario Longo Mortatti, em seu artigo "*Ensaio para uma receita de brevidade (quase-partitura de um cânone como oferenda musical)*", em linguagem poética, aborda pertinentes questões acerca da profissão docente, tanto em termos de sua formação como de sua atuação.

A autora usa de metáforas para refletir sobre o ofício de ser professor, seu processo formativo, as tarefas que lhe cabem como orientador da formação do outro, as vicissitudes a que se expõe em seu caminhar, sua vida afetada por tudo isso, enfim, aproveitando uma expressão utilizada pela autora, mostra-nos como o professor vive, em sua trajetória, "uma experiência profundamente humana". Um texto que vale a pena saborear!

Com seu artigo, "*A desfiguração da escola e a imaginação da escola socialmente justa*", **José Carlos Libâneo** traz "para discussão os temas da desfiguração da escola e da imaginação da escola socialmente justa", focalizando a "relação entre desigualdade social e desigualdade escolar ou, mais especificamente, a relação entre educação e pobreza, em suas implicações com o processo de ensino-aprendizagem".

No texto, **Libâneo** faz uma "análise pedagógica das questões educacionais, especialmente no que se refere às finalidades, objetivos e funções da escola em face das desigualdades sociais, articulada com a análise sociopolítica" e desenvolve sua argumentação em três tópicos,

a saber: (1) finalidades educativas escolares e funções da escola; (2) embates concernentes à compreensão dessas funções "tanto nas políticas educacionais oficiais quanto na comunidade de pesquisadores e docentes"; (3) contribuições "para o avanço de um entendimento coletivo entre educadores acerca de premissas para a busca de uma escola socialmente justa".

Os autores **Nilson de Souza Cardoso**, **Sueli Guadalupe de Lima Mendonça**, **Flávia Sueli Fabiani Marcatto**, em seu artigo intitulado "*O Forpibid-rp como espaço de exercício político na formação de professoras e professores*", trazem à reflexão a questão da formação de professores diante do atual cenário educacional que vem "sofrendo ataques sistemáticos", destruindo as poucas conquistas obtidas em passado recente.

Expõem as trajetórias do Pibid (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) e do Forpibid-rp (Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência e Residência Pedagógica), marcadas pelas oscilações no cenário político federal que acabaram por alterar a configuração original do programa, inclusive pela iniciativa do MEC (Ministério da Educação) em estabelecer a coexistência entre o Pibid e o programa Residência Pedagógica — um novo formato pensado no governo do Presidente da República Michel Temer para a formação de professores para a escola básica.

A **segunda parte**, intitulada "*Da BNCC da educação básica à BCN da formação de professores: desvios e desafios*", é composta pelos artigos de **Vandêi Pinto da Silva**, **Helena Costa Lopes de Freitas** e, em conjunto, **Elieuz Aparecida de Lima** e **Ariadni da Silva de Oliveira**.

No artigo de título "*Base Nacional Comum Curricular e Plano Nacional de Educação: descaminhos, resistências e práxis*", **Vandêi Pinto da Silva** analisa, por meio da perspectiva da práxis, os objetivos da BNCC que extrapolam sua meta de traçar diretrizes gerais para o ensino básico, a ponto de interferir na autonomia das instituições formadoras de professores, na autonomia curricular dos sistemas de ensino, dos projetos pedagógicos das escolas e no trabalho dos professores. Para tanto, faz o resgate de metas do PNE (Plano Nacional de Educação) que representaram conquistas importantes para o campo da educação como estratégia de resistência eficaz contra o esvaziamento de conquistas educacionais obtidas

democraticamente. Assim, uma estratégia de contraposição a essa BNCC de valores neoliberais seria valorizar as potencialidades existentes nos sujeitos envolvidos nos processos de ensinar e de aprender.

O texto “*BNC da Formação: desafios atuais frente à precarização da formação de profissionais da educação básica*” de **Helena Costa Lopes de Freitas** analisa os impactos da Resolução do Conselho Nacional de Educação — CNE nº 02/2019, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial, nos processos de formação e valorização profissional do magistério. Tais diretrizes, focadas na política neoliberal de desmonte da educação pública, alteram radicalmente a concepção de educação, escola e formação da Res. CNE/CP 02/2015, documento norteador na área de formação de professores, aprovada pelo CNE, após extenso debate entre os anos de 2013/2015 no interior das instituições formadoras e das entidades da área. Ao final, a autora indica um conjunto de princípios a serem debatidos nos processos de reformulação curricular, pautados na luta histórica dos movimentos de educadores.

Elieuzza Aparecida de Lima e **Ariadni da Silva de Oliveira**, em seu artigo intitulado “*Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil: por uma leitura crítica de sua essência*”, apresentam uma leitura crítica da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017), desvelando aspectos de sua essência, por meio de uma retomada histórica e política da Educação Infantil no Brasil. Por intermédio dessa discussão, concluem que um dos pontos nevrálgicos do documento é o apagamento da autonomia didático-metodológica do professor, transformando-se em uma prescrição curricular através de seu controle pelo Estado.

A **terceira parte**, denominada “*Escola sem partido e militarização das escolas públicas: neoliberalismo e conservadorismo*”, apresenta-nos os artigos de **Jefferson Rodrigues Barbosa**, **Fernanda Pereira de Moura** e, em conjunto, **Catarina de Almeida Santos** e **Daniel Tojeira Cara**.

Em seu artigo, “*Escola Sem Partido: ativismo político liberal-conservador, think tanks e 'grupos de pressão' à direita, no Brasil sob o governo Bolsonaro*”, **Jefferson Rodrigues Barbosa** fundamenta-se na análise documental e na análise do discurso de deputados e sujeitos alinhados com as proposituras do movimento Escola Sem Partido, para estabelecer que este ocupa posição de destaque na pauta ultraconservadora, funcionando como

mecanismo de pressão política, financiado com vistas a firmar consensos. O autor destaca as contradições do projeto de lei face à Constituição Federal do Brasil e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, taxativas no sentido dos fundamentos da liberdade de cátedra. Considera que o movimento é reacionário a ponto de indicar a reelaboração de conteúdos curriculares, objetivando a influência em editais de concursos públicos e a atuação de gestores da educação. Esclarece que os *think tanks* são grupos de formação de opinião pública voltados à intervenção política em instâncias da sociedade civil organizada, consolidando verdadeiros aparelhos de hegemonia e preparando os intelectuais orgânicos da burguesia. Embora o autor destaque o antagonismo entre educadores e parte do espectro político e do Conselho Nacional de Direitos Humanos, as teses do nefasto projeto de lei têm conquistado adeptos e êxito no enxugamento de conteúdos curriculares com base em princípios discutíveis da Base Nacional Comum Curricular.

O texto de **Fernanda Pereira de Moura**, “*5 teses corretas sobre o Escola Sem Partido*”, caracteriza o programa Escola Sem Partido como movimento social existente há pelo menos 16 anos, tendo sido objeto de elaboração de diversos projetos de lei e adotado como política de governo na gestão do Presidente da República Jair Bolsonaro. A autora analisa vasta produção acadêmica e vários projetos de lei sobre a temática estabelecendo cinco teses relevantes para a sua análise e compreensão. Adverte que se trata de movimento de caráter ideológico, ultraliberal e ultraconservador pautado pela reação contra a liberdade para ensinar e pelo fundamentalismo religioso supostamente cristão, explorando a disseminação do pânico moral e o discurso de ódio contra professores. Considera ainda que o movimento não compreende o educando como sujeito de direitos, concedendo plenos poderes à figura paternal, revelando-se avesso aos direitos humanos e à redução de desigualdades sociais, a despeito do discurso favorável à sua defesa.

Os autores **Catarina de Almeida Santos** e **Daniel Tojeira Cara**, em seu texto “*Militarização das escolas públicas no Brasil e o financiamento: da educação como um direito à educação como privilégio*”, problematizam o processo de surgimento da militarização nas escolas públicas no Brasil no período recente, a partir do financiamento público, comprometendo o direito à educação para todos os brasileiros, já que as escolas militares desfrutam de condições financeiras diferenciadas frente às demais

instituições da rede pública de ensino. A análise desse processo parte do olhar democrático de Anísio Teixeira, que concebe a educação como direito de todos, e da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), trazendo ao debate elementos importantes à garantia do direito à educação no Brasil, como privilégios para alguns e desigualdade para muitos.

Assim, está feito o convite ao leitor para conhecer esta obra que, com certeza, trará novos olhares sobre a escola atual!

Sueli Guadalupe de Lima Mendonça

José Carlos Miguel

Stela Miller

Érika Christina Köhle

Marília, abril de 2020.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 12 dez. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 11 dez. 2019.

